

# Dinheiro extra para obras nos estados



AGÊNCIA BRASIL

O ministro Guido Mantega disse que a proposta ainda terá de ser aprimorada e discutida

*O governo federal vai oferecer R\$ 1,5 bilhão dentro da política de desenvolvimento regional*

**B**RASÍLIA – O governo federal vai oferecer R\$ 1,5 bilhão em dinheiro extra e investimentos a fundo perdido nos estados para obter o apoio dos governadores ao projeto de reforma tributária.

Esses recursos farão parte da nova política de desenvolvimento regional que tem como objetivo colocar fim à guerra fiscal entre os estados, uma das principais medidas da reforma defendida pelo governo Lula.

A reportagem teve acesso à primeira versão do programa, elaborada pela Fazenda e discutida na semana passada em reunião da Câmara de Política Econômica.

“A discussão tem muito o que avançar. Essa ainda não é uma posição de governo”, disse o ministro Guido Mantega (Fazenda).

Segundo a proposta, o dinheiro virá do aumento de 3% para 4% na parcela do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que o governo já destina aos fundos constitucionais que incentivam empresas que se instalam nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Atualmente, os cinco fundos que integram a política de incentivos do governo recebem cerca de R\$ 4,6 bilhões. Com o aumento, os repasses subiriam para R\$ 6,1 bilhões.

O dinheiro extra viria acompanhado da criação de mais um fundo: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que teria como função repassar recursos a fundo perdido.

Ou seja, as transferências feitas a partir do FNDR, que começariam em R\$ 850 milhões e aumentariam ao longo do tempo, não precisariam ser devolvidas.

A distribuição dos R\$ 6,1 bilhões entre os diversos fundos já existentes e o FNDR ficará a cargo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O problema é que o dinheiro, que hoje vai apenas para as regiões mais pobres, seria dividido entre todos os estados do País. Poderia, inclusive, ser destinado a regiões do Sul do País, por exemplo.